

# **PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL: O CASO DA CIDADE DE RIO TINTO**

SILVA<sup>1</sup>, Jaquisandro Ferreira da  
ARAÚJO<sup>2</sup>, Marianna de Queiroz  
BARCELLOS<sup>3</sup>, Lusival Antonio

## **RESUMO**

O presente estudo é uma tentativa de reflexão sobre o patrimônio histórico e cultural, entendido como sendo o conjunto de bens materiais e imateriais que contam a história de um povo e sua relação com o ambiente em que viveram e que ainda vivem, prevalecendo à herança do passado que é transmitida de geração para geração. Sendo assim, o principal objetivo deste trabalho é pensar sobre o patrimônio material edificado da cidade de Rio Tinto, que se localiza no Litoral Norte do Estado da Paraíba. Onde entram em foco os aspectos mais concretos da vida humana e que fornecem informações sobre a história da cidade, bem como a de seus moradores, tendo em vista a conservação e interesse pela memória. Assim, na tentativa de compreender tais processos, priorizamos a proposta de Fonseca (2009), sobre as manifestações culturais “enquanto símbolos da nação, esses bens passam a serem merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras”. Nessa perspectiva, esse estudo tem como intento, refletir sobre os patrimônios materiais mais significativos para a população interna e externa a cidade de Rio Tinto, bem como, relatar sobre o processo de construção dos imóveis que giram em torno da antiga Fábrica de Tecidos, e que hoje sofrem decadência, ficando as antigas edificações fabris como principal meio de evocar a memória coletiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória. Patrimônio. Rio Tinto.

## **1 INTRODUÇÃO**

O patrimônio é entendido como um bem material concreto, um monumento, objeto de alto valor material e simbólico para a nação. Nesse sentido, a preservação de centros históricos além de marcar ainda mais a identidade coletiva dos povos, promove o cuidado de seus bens culturais tanto materiais quanto imateriais, pois, representa em termos simbólicos, a memória de uma nacionalidade.

---

<sup>1</sup>UFPB/CCAЕ, bolsista do Cursinho da UFPB Litoral Norte (FLUEX), jacquisandro@hotmail.com

<sup>2</sup>UFPB/CCAЕ, Colaboradora do Cursinho da UFPB Lit Norte (FLUEX) mariannaqueirozaraujo@gmail.com

<sup>3</sup>UFPB/CCAЕ, Prof. Dr. Coordenador do Cursinho PRÉ-ENEM da UFPB Litoral Norte (FLUEX), lusivalb@gmail.com

Nesse sentido, as áreas urbanas de Rio Tinto, cidade pesquisada, evocam, portanto, as estruturas sociais como um todo. O patrimônio histórico da cidade se insere como espaço onde as identidades podem ser resgatadas e que fornece às pessoas a sensação de um conforto sobre sua história.

Rio Tinto é um dos municípios do estado da Paraíba, distante 52 km da capital João Pessoa, com uma população de 22.927 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Este município possui uma área de 601 km<sup>2</sup> de extensão territorial e encontra-se localizado na Mesorregião da Mata Paraibana, mais precisamente na Microrregião do Litoral Norte.

A fundação da cidade de Rio Tinto nos remete ao ano de 1917, contexto em que o Coronel Frederico João Lundgren compra as terras do Engenho Preguiça, localizado no município de Mamanguape. A construção da cidade operária de Rio Tinto deu-se simultaneamente com a fábrica. O grupo Lundgren adquiriu na época cerca de 660 km<sup>2</sup> de terras, garantindo o monopólio territorial.

O desenvolvimento da indústria têxtil de Rio Tinto fabril foi rápido, até a década de 1950. O sucesso desse crescimento teve como principal mentor o coronel Frederico João Lundgren, que administrou a indústria e a vila operária para o seu reconhecimento como grande empreendedor. Porém, “[...] as transformações tecnológicas ocorridas nas indústrias do Sudeste do País, ocasionaram uma crise nas indústrias nordestinas, devido à necessidade de substituição da fabricação artesanal pela fabricação industrial.” (PANET, 2002, p. 23).

Além do fator tecnológico, outros foram apontados como resultantes do declínio da fábrica, entre eles: os problemas jurídicos envolvendo questões de herança. O processo de industrialização da cidade desencadeou a urbanização, o que fez com que pessoas migrassem de zonas rurais e de outras áreas para trabalhar na fábrica. Para atender essa demanda, foram criados, em paralelo, os equipamentos comunitários como vilas residenciais, igreja, cinema, delegacia entre outros., onde, ainda hoje são considerados atrativos histórico-culturais da cidade, pelo valor simbólico que lhes são atribuídos.

Por meio de conversas informais com alguns moradores da cidade de Rio Tinto, foi possível saber mais detalhes sobre o contexto histórico descrito acima, nesta fase, muitos indivíduos vindos principalmente do interior, chegavam a procura de uma vida melhor, bem diferente da vida no campo a qual estavam habituados. Na cidade, tudo era novo e motivo de entusiasmo. Portanto, esse processo experimentado está ligado a uma conjuntura social e não apenas individual.

## 2 DESENVOLVIMENTO

As edificações são portadoras de mensagens em sua própria natureza e usadas pelos atores sociais que atribuem significados, principalmente ao materializar noções de identidade local e diferenças étnicas. Segundo Fonseca (2009, p. 37), o conceito moderno de patrimônio é datado, produzido, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história.

No Brasil, de acordo com Leite (2004, p. 51) a política de preservação se consolidou ligado à imagem política e imagem cultural de nação.

As origens da política de preservação no Brasil, no entanto, não foram diferentes da maioria das experiências de outros países estando relacionadas à consolidação de uma imagem política e cultural da nação, tendo o Estado como principal artífice.

Os bens que recebem atribuições históricas ou sentimentais por meio da população de uma região ou de um determinado local, referindo-se às origens e à forma que as pessoas escolhem para serem lembradas, caracteriza-se como patrimônio histórico, onde no Brasil é regulado e protegido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que surgiu com o objetivo de tomba e conservar os bens históricos.

[...] instituído por meio do Decreto-lei n.25/1937 – o principal instrumento jurídico utilizado pelo então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado em 1936 [...].

[...] as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) se encarrega da identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo o território brasileiro. (FUNARI, 2006, p. 45)

Em Rio Tinto, a fábrica foi o grande motor para edificação de grande parte das construções arquitetônicas da cidade, o que inclui uma grande quantidade de casas de habitação, o hospital, as praças e o armazém destinado ao suprimento das despensas de técnicos, dirigentes e operários. Com isso, a área urbana se desenvolveu em torno da fábrica, as construções civis, financiadas pela própria companhia, onde muitos prédios são bastante antigos, promovendo uma representação histórica da cidade, deste modo, foi de extrema necessidade uma política pública de conservação e manutenção desses

patrimônios que expressam os valores históricos da comunidade. Quanto a isso Fonseca (2009, p. 43) entende que:

[...] a proteção da integridade física dos bens patrimoniais não é por si só suficiente para sustentar uma política pública de preservação. Isso porque a leitura de bens enquanto bens patrimoniais pressupõe as condições de acesso a significações e valores que justificam sua preservação.

O Patrimônio Histórico e Cultural do município de Rio Tinto começa a ser preservado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). O Conselho Deliberativo do órgão aprovou, por unanimidade, o tombamento de alguns imóveis tais como: a Igreja de N. S. dos Prazeres, conhecida como Igreja dos Índios que está localizada na Aldeia Potiguara Monte-Mor, mais conhecida como Vila Regina. Os gestores e teóricos de políticas de preservação de patrimônio histórico cultural, pouco tem a preocupação com as minoras étnicas participantes de nosso processo civilizatório, que deveriam estar inclusas nas políticas, tendo em vista que esses povos ditos tradicionais também fazem parte da memória nacional.

Outro monumento de destaque é o Casarão, também conhecido como Palacete dos Lundgren, onde os dirigentes da fábrica passavam suas férias e os finais de semana, além de receberem amigos e familiares.

O Cine Orion, foi um meio de diversão apreciado por todos, entre os atrativos se destacava as apresentações teatrais e filmes, no entanto, também aconteciam reuniões com o operariado, sendo algumas políticas, com o objetivo de apresentar candidatos, além de convenções partidárias, entre outras, relacionadas a ampliação da ação preservacionista, incluindo todas as construções erguidas pela família no antigo núcleo fabril, e também nas vilas operárias.

### **3 METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento do trabalho, previamente foram realizadas leituras que possibilitaram a percepção de questões pertinentes. Em seguida, partimos para análise de fontes históricas sobre a cidade de Rio Tinto, o que foi fundamental para conhecer com mais afinco o processo de construção dos patrimônios, e em um segundo momento a relação com a memória, onde o passado se faz presente, não como uma repetição absoluta, fiel ao vivido, mas dialogando com as condições de vida atuais e os possíveis resignificados que os atores sociais constroem. Nesse sentido nos utilizamos de conversas

informais com os moradores, onde procuramos examinar os sentidos atualmente atribuídos aos acontecimentos passados, nos quais tomaram parte.

#### **4 RESULTADOS E CONCLUSÕES**

Ao se tratar da preservação do patrimônio histórico é preciso deixar bem claro que se trata de um produto elaborado pela sociedade, para a qual determinado monumento tem significações relevantes, por ser parte de sua construção histórica. A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos. Nesse sentido, as áreas urbanas evocam, portanto, as estruturas sociais como um todo. O patrimônio histórico se insere como espaço onde as identidades podem ser resgatadas e que dá às pessoas a sensação de um conforto sobre sua história. Deste modo, podemos inferir que o patrimônio histórico e material tem importância para a vida dos indivíduos, não somente para os moradores da cidade de Rio Tinto, mas, para as pessoas como um todo, pois as belas construções arquitetônicas da cidade estão inseridas na história, não apenas da Paraíba, mas na história do Brasil.

O patrimônio protegido pelo IPHAN, com base em legislações específicas é composto por um conjunto de bens culturais classificados de acordo com sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Nesse sentido, muitas edificações da cidade de Rio Tinto, foram tombadas e outras estão ainda em fase de tombamento, contudo, esse processo é de extrema importância para manter viva a memória da história do povo Riotintense, onde os moradores descrevem narrativas de uma fundação de séculos passados, repleta de imposições e dominações, tanto referente aos operários quanto aos povos indígenas potiguara, que precisam estar presentes para as futuras gerações.

Pode-se concluir que as áreas urbanas de valor patrimonial são suportes da memória dos indivíduos e como tal relevantes para o desenvolvimento social, para a formação do sentido de história no cotidiano e para a construção das identidades coletivas. Todos estes objetivos são importantes para a construção da cidadania.

## REFERÊNCIAS

FONSECA, Maria Cecília Londres, **O Patrimônio em Processo:** Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora da UFS, 2004.

PANET, Amélia. et al. **Rio Tinto:** estrutura urbana trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPE editora, 2002.